



Número: **0803164-52.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **26/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
KARLA VIVIANE VIEIRA LOPES (AUTOR)		LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		Livia Karina Freitas da Silva (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
58884456	20/08/2020 09:18	Contrarrazões de APELAÇÃO.	Contrarrazões

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORÓ/RIO GRANDE DO NORTE.

Autos sob n.º 0803164-52.2019.8.20.5106 – Ação de Cobrança

KARLA VIVIANE VIEIRA LOPES, já qualificado(a) nos autos em epígrafe que move contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, também qualificada, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em cumprimento ao r. despacho de fls. nos termos do artigo 508 do CPC, por seu advogado regularmente constituído, apresentar

CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO

-

interposto pela ré em face da r. decisão do juízo a quo que julgou procedente pedido do autor, requerendo sejam as mesmas recebidas e encaminhadas à apreciação do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Mossoró, 20 de agosto de 2020.

Leonardo Mike Silva Pereira



EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

-
-
-

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Origem: 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró/RN

Autos sob n.º 0803164-52.2019.8.20.5106 – AÇÃO DE COBRANÇA

Apelante: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Apelado: KARLA VIVIANE VIEIRA LOPES

CONTRA RAZÕES DE APELAÇÃO.

COLEND A CÂMARA,

PRECLAROS JULGADORES:

A Apelante sustenta em suas razões de recurso que: *que os honorários advocatícios foram arbitrados de forma equivocada.*

Não obstante os argumentos apresentados pela Apelante, data vênua, suas razões não merecem prosperar, senão vejamos.



**DO VALOR DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS - CAUSA D
PROVEITO ECONÔMICO IRRISÓRIO - NECESSIDADE D
REMUNERAR CONDIGNAMENTE O PROCURADOR DA PARTE**

Inicialmente necessário frisar que **não** houve na sentença o alegação “desacordo” com o que determina o NCPC apontado pela parte Apelante.

Pois bem. Agiu acertadamente o juízo *a quo* em todos os termos da sentença proferida, em especial quanto da fixação dos honorários advocatícios, nos termos do § 8º, do art. 85, do NCPC.

Assim, a quantia arbitrada a título de sucumbência atende aos requisitos constantes do § 8º, do art. 85, do NCPC, de maneira que o valor fixado remunera condignamente o trabalho despendido pelo procurador da Apelada.

Conforme preceitua o referido dispositivo legal “*Nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa, observando o disposto nos incisos do § 2º.*”

Esse é também o entendimento do **Tribunal de Justiça deste Estado**, veja-se

ADV: LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (OAB 0010615A/RN), LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (OAB 0011929A/RN) OUTROS: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Processo: 0814927-21.2017.8.20.5106 APELAÇÃO CÍVEL-APELANTE: ADEILSON DA SILVA MAIA APELADO: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL Processo: APELAÇÃO CÍVEL 0814927-21.2017.8.20.5106 APELANTE: ADEILSON DA SILVA MAIA Advogado(s): LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Advogado(s): LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA EMENTA: CIVIL PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COBERTURA SECURITÁRIA, POR SE TRATAR DE VEÍCULO CICLOMOTOR. IRRELEVÂNCIA. LEGISLAÇÃO QUE NÃO EXCLUI OS CICLOMOTORES. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO DO DPVAT NÃO É MOTIVO PARA A RECUSA DO PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 257/STJ. COBERTURA QUE SE RECONHECE. PAGAMENTO DEVIDO. AUTOR QUE PLEITEOU A COMPLEMENTAÇÃO COM BASE EM PORCENTAGEM DE INVALIDEZ APURADA POR PERITO VENCEDOR NA TOTALIDADE DOS PEDIDOS. INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS IRRISÓRIOS. FIXAÇÃO EQUITATIVA DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ART. 85, § 8º, DO CPC. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSOS CONHECIDOS E PROVIDO QUANTO AO APELO DO AUTOR E DESPROVIDO O INTERPOSTO PELA SEGURADORA. ACÓRDÃO Acordam os Desembargadores que integram



1ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em conhecer dos recursos e negar provimento ao apelo da SEGURADORA LIDE DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e **dar provimento a interposto por ADEILSON DA SILVA MAIA para condenar a seguradora ao pagamento da totalidade das custas e dos honorários advocatícios fixados em R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do voto do relator que integra este acórdão.**

(Desembargador DILERMANDO MOTA Relator Natal/RN, 7 de Maio de 2019.)

ADV: ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (OAB 0005432A/RN) LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA (OAB 0010615A/RN), ROSTAND INACIO DOS SANTOS (OAB 0022718A/PE) Processo: 0100669-80.2017.8.20.0148 APELAÇÃO CÍVEL-APELANTE: EDSON PEREIRA DA SILVA APELADO: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SEGUNDA CÂMARA CÍVEL Processo: APELAÇÃO CÍVEL 0100669-80.2017.8.20.0148 APELANTE: EDSON PEREIRA DA SILVA Advogado(s): LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Advogado(s): ROSTAND INACIO DOS SANTOS, ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO DPVAT. APELAÇÃO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. PLEITO AUTORA DE INDENIZAÇÃO. CÁLCULO DEPENDENTE DE PERÍCIA MÉDICA/INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PEDIDO DETERMINADO E GENÉRICO POSSIBILIDADE. ART. 324, § 1º, II, DO CPC. PROCEDÊNCIA TOTAL DO PEDIDO. INOCORRÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA CUSTAS E HONORÁRIOS AS EXPENSAS DA SEGURADORA DEMANDADA. **HONORÁRIOS IRRISÓRIOS. ART. 85, §8º, DO CPC CRITÉRIOS PREVISTOS NO §2º DO MESMO ARTIGO. CAUSA DE BAIXA COMPLEXIDADE. FIXAÇÃO EM R\$ 800,00. RECURSO PROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS. ACÓRDÃO** Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, em Turma e à unanimidade, em prover o recurso para condenar a parte apelada a suportar integralmente o ônus da sucumbência cujos honorários advocatícios são fixados em R\$ 800,00, e em arbitrar honorários recursais em 2% sobre o valor da condenação, em proveito da parte apelante, nos termos do voto do relator.

(Natal, 30 de abril de 2019. Des. Ibanez Monteiro Relator Natal/RN, 30 de Abril de 2019.)

Não tem sido diferente o posicionamento de outros tribunais, veja-se:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - HONORÁRIOS DO ADVOGADO DATIVO - HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA - VALOR IRRISÓRIO - MAJORAÇÃO - SENTENÇA REFORMADA. Os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser majorados quando o valor fixado na sentença se mostrar ínfimo ou não remunerar condignamente o procurador da parte.



(TJ-MG - AC: 10024120748363001 MG, Relator: Afrânio Vilela, Data c
Julgamento: 18/06/2013, Câmaras Cíveis / 2ª CÂMARA CÍVEL, Data c
Publicação: 01/07/2013)

Do mesmo modo, o entendimento já vem sendo aplicado por magistrados e
nosso Estado, veja-se:

(...)

Ação: Procedimento Ordinário

Processo nº: 0100902-09.2015.8.20.0161

Autor: Francisco Gilbevanio da Silva

Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

SENTENÇA

DISPOSITIVO

Do exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial e, assim, condeno a promovida a pagar à promovente a quantia de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, corrigida monetariamente pelo INPC, desde a data do evento (18/02/2013) e com juros de mora de 1% ao mês, desde 31/10/2014, data do pagamento administrativo menor.

Custas pela promovida, bem como **honorários advocatícios os quais arbitro em R\$ 800,00, nos termos do art. 85, § 8º do CPC.**

Publique-se. Registre-se no SAJ. Intimem-se.

Baraúna, 09 de agosto de 2016.
Giulliana Silveira de Souza Lima
Juíza de Direito (...)

Assim sendo, embora a causa não guarde complexidade e o seu deslinde tenha prescindido de dilação probatória, sendo o proveito econômico ou o valor da causa muito baixo, o juízo deverá fixar o valor dos honorários por apreciação equitativa, remunerando condignamente o procurador e a parte.

Desta forma, como medida de justiça e de respeito pela referida vertente honorária, que, frise-se, trata-se de verba alimentar (**Súmula Vinculante 47, STF**), pleiteia-se a sua manutenção nos termos fixados na sentença guerreada, com o fim de que reflita na justa remuneração dos trabalhos profissionais desempenhados pelo procurador da parte Apelada na condução do presente feito.

DAS CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – INEXISTÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.

-

Conforme pode se observar na alínea “b” dos pedidos, o que se objetiva com esta demanda é **“a procedência dos pedidos da ação para condenar o(a) Requerido(a) a pagar o valor**



correspondente a porcentagem de invalidez apurada por perícia médica realizada por profissional nomeado por este Juízo, acrescido de correção monetária desde o evento danoso e juros moratórios partir da citação, custas processuais, honorários advocatícios sucumbenciais e demais consectários legais;”

Pois bem, verifica-se na fundamentação aplicada ao caso que a parte Apelante teve reconhecido INTEGRALMENTE o seu pedido, uma vez que **foi: a) reconhecida a presença de sequela indenizável, advinda de acidente de trânsito; b) aplicada correção monetária e juros de mora sobre o valor estabelecido, tudo conforme requerido pela parte mesma.**

Ora, se **o pedido da parte Apelada foi atendido POR COMPLETO**, é um absurdo responsabilizar a parte que saiu vencedora na ação pelo **pagamento de parte das custas processuais e honorários advocatícios.**

Nesse sentido, a legislação estabelece que somente deverá haver condenação recíproca e proporcional de custas e honorários de sucumbência se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, não aplicando tal rateio de despesas se o contendor perder apenas porção mínima do pedido **AGORA, IMAGINE QUANDO NÃO PERDE EM NADA!**

O artigo 86 do CPC dispõe que:

“Art. 86 – Art. 86. Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas.

Parágrafo único. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.”

Desta forma, deve a sentença ser mantida também neste ponto, reconhecendo-se a inexistência de sucumbência recíproca e mantendo-se a condenação da Apelante ao pagamento integral de todas as verbas.

REQUERIMENTO FINAL

Em face de todo o exposto, a parte Apelada requer a Vossas Excelências a total improcedência das razões apresentadas pela Apelante em seu recurso, e, conseqüentemente, a manutenção da respeitável sentença proferida pelo ilustre magistrado *a quo*, em todos os seus termos.

Nestes termos.

Pede deferimento.

Mossoró, 20 de agosto de 2020.

Leonardo Mike Silva Pereira

OAB/RN n.º 10.615

